

A. I. N° - 206987.0211/06-2
AUTUADO - CERÂMICA PORTAL DA CHAPADA LTDA.
AUTUANTE - BOAVENTURA MASCARENHAS LIMA
ORIGEM - INFAZ ITABERABA
INTERNET - 14.06.06

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0195-02/06

EMENTA: ICMS. 1. DIFERIMENTO. TERMO FINAL. ARGILA. FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO. O imposto diferido deve ser recolhido pelo contribuinte em cujo estabelecimento ocorrer o termo final do diferimento na condição de substituto tributário. Corrigidos os equívocos do levantamento do autuante. Infração parcialmente caracterizada. 2. SIMBAHIA. RECOLHIMENTO A MENOS. O contribuinte não contestou a acusação fiscal. Infração caracterizada. 3. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. FALTA DE RETENÇÃO DO IMPOSTO. Autuado reconhece a procedência da autuação. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide foi lavrado em 07/03/2006, para cobrança do débito no valor total de R\$ 7.243,88, pela constatação, no período fiscalizado de 01/01/2002 a 31/12/2005, das seguintes ocorrências:

- 1) falta de recolhimento do ICMS devido por substituição decorrente de diferimento, na condição de responsável pelo recolhimento do imposto diferido. Sendo cobrado o imposto no valor de R\$ 5.386,71 e aplicada a multa de 60%;
- 2) recolhimento a menos do ICMS, na condição de Empresa de Pequeno Porte enquadrada no Regime Simplificado de Apuração do ICMS - SimBahia. Sendo cobrado o imposto no valor de R\$ 1.056,88 e aplicada a multa de 50%;
- 3) falta de recolhimento do ICMS retido, na qualidade de sujeito passivo por substituição, relativo às operações internas subseqüentes, nas vendas realizadas para contribuintes localizados neste Estado. Sendo cobrado o imposto no valor de R\$ 800,29 e aplicada a multa de 150%.

O autuado apresenta, tempestivamente, defesa à fl. 97, informando a sua concordância com o acerto da autuação em relação às infrações 02 e 03, afirmando que solicita o parcelamento do débito dessas duas infrações.

No tocante à infração 01, o autuado somente se opõe aos valores apurados pela fiscalização para o exercício de 2005, apresentando as ponderações, a seguir sintetizadas.

Assevera o autuado que as notas fiscais n^{os} 2593 e 2594, emitidas em 10/2005, do produto “Bloco de 25 cm”, foram canceladas, apesar de terem sido consideradas no levantamento elaborado pelo autuante.

Observa que as notas fiscais n^{os} 2189 e 2668, emitidas, respectivamente, em 03/2005 e 12/2005, foram consideradas em duplicidade pelo autuante.

Diz que a nota fiscal nº 2301, emitida em 06/2005, cuja quantidade correta do produto “Bloco de 23 cm” é de 8,00, foi considerada, equivocadamente pelo autuante, como sendo 2.301,00.

Conclui seu arrazoado defensivo, solicitando, com base nas suas ponderações, que o Auto de Infração seja julgado procedente em parte.

O autuante, depois de examinar as notas fiscais apontadas pela defesa para aquilatar as divergências reclamadas pelo autuado, afirma que procedem todas as alegações contidas no arrazoado defensivo.

Apresenta o Resumo da Omissão de Pagamento referente ao exercício de 2005, explicitando a incorporação das correções procedidas e em seguida demonstra em planilha própria o demonstrativo do débito corretamente apurado para o exercício de 2005 contido na infração 01 na forma a seguir transcrita.

RESUMO DA OMISSÃO DE PAGAMENTO		
01	TOTAL DA ARGILA CONSUMIDA	R\$ 9.217,25
02	COMPRAS COM NOTAS FISCAIS	R\$ 7.000,00
03	COMPRAS SEM NOTAS FISCAIS - ARGILA PROD. DIFERIDOS	R\$ 2.217,25
04	VALOR UNITÁRIO	R\$ 3,50
05	BASE DE CÁLCULO	R\$ 7.760,37
06	ICMS A PAGAR - 17,0 % DE (05)	R\$ 1.319,26

DEMONSTRATIVO DO DÉBITO REMANESCENTE REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2005 - INFRAÇÃO 01						
DATA DA OCOR.	DATA VENC.	B. CÁLCULO	ALÍQ.	MULTA	VALOR TOTAL	VALOR REAL
31/12/2005	09/01/2005	7.760,35	17,0 %	60,0 %	1.319,26	1.319,26

Conclui o autuado pela procedência parcial do Auto de Infração, por ter sido ajustado os valores da infração 01, na forma supra enunciada.

VOTO

Na presente ação fiscal, o autuado reconheceu explicitamente em sua defesa a procedência das infrações 02 e 03 e contestou a infração 01, tão somente quanto à apuração do débito relativo ao exercício 2005, para o qual apresenta alguns equívocos cometidos pelo autuante ao elaborar seu levantamento. Portanto, inexistindo lide em relação às infrações 02 e 03, no meu voto, a seguir enunciado, detenho-me nos pontos impugnados pelo sujeito passivo, atinentes à infração 01.

Parcialmente contestada pelo autuado, a infração 01 trata da falta de recolhimento do ICMS devido por substituição decorrente de diferimento, tendo em vista que o autuado, na condição de responsável pelo recolhimento do imposto não adimplira essa exigência tributária.

Do exame das peças processuais, em relação à infração 01, verifico que, efetivamente, restou comprovado o equívoco no demonstrativo de apuração do débito relativo ao exercício de 2005 elaborado pelo autuante. Eis que, as notas fiscais de nºs 2593, 2594, embora canceladas, foram consideradas; as notas fiscais nºs 2189 e 2668 foram consideradas em duplicidade e a nota fiscal nº 2301, cuja quantidade é de 8,0 unidades fora considerada como sendo 2.301,0 unidades. Tais distorções apontadas pela defesa, depois de examinadas as referidas notas fiscais e aquilatada a fidedignidade das alegações, foram acolhidas pelo autuante que refez o demonstrativo resultando na redução do valor do débito apurado quando da fiscalização.

Entendo que restou evidenciado a procedência parcial da infração 01, tendo em vista a comprovação dos equívocos cometidos, além de terem sido reconhecidos pelo próprio autuado, na apuração relativa exercício de 2005.

Com isso, o débito da infração 01 atinente a 2005 que fora inicialmente apurado pela fiscalização como sendo de R\$ 4.082,09, como os ajustes, passou para R\$ 1.319,26.

Conforme se verifica no comparativo a seguir apresentado, o débito da infração 01 foi reduzido de R\$ 5.386,71, para R\$ 2.623,88, e, conseqüentemente, o valor total do débito do Auto de Infração, que fora lançado originalmente como sendo R\$ 7.243,88, depois dos ajustes da infração 01, passou para R\$ 4.481,05.

Assim, com base nas constatações supra enunciadas o demonstrativo de débito da infração 01 passa a ter a seguinte configuração.

DEMONSTRATIVO DE ICMS- INFRAÇÃO 01					
D. COOR	D. VENC.	B. C.	ALIQ	IMP. A REC.	MULTA
31/12/02	9/12/03	7.674,24	17,0%	1.304,62	60,0%
31/12/05	09/01/06	7.760,35	17,0%	1.319,26	60,0%
TOTAL DO DÉBITO				2.623,88	

Ante o exposto, concluo dos exames realizados nas peças dos presentes autos, que restou efetivamente comprovado o cometimento parcial, por parte do autuado, das infrações que lhe foram imputadas.

Voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **206987.0211/06-2**, lavrado contra **CERÂMICA PORTAL DA CHAPADA LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 4.481,05**, acrescido das multas de 60% sobre R\$ 2.623,88, de 50% sobre R\$ 1.056,88, e de 150% sobre R\$ 800,29, previstas, respectivamente, do artigo 42, incisos II “f”, I, “b”, 3 e V, “a”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 06 de junho de 2006.

JOSÉ CARLOS BACELAR – PRESIDENTE

JOSÉ FRANKLIN FONTES REIS – RELATOR

JOSÉ BEZERRA LIMA IRMÃO – JULGADOR